

www.albras.net



CNPJ Nº 05.053.020/0001-44



Garantias

Em garantia do empréstimo JBIC foi oferecido pela:

- Vale S.A. - 51% do principal envolvido.
- NAAC - 49% dos recebíveis com as exportações da ALBRAS, por ocasião do vencimento de cada parcela.

O contrato de financiamento com o JBIC impõe certas limitações à Companhia no tocante a ocorrência de eventos de penhora, fusão ou inadimplência. No ano de 2009, a Companhia não apresentou qualquer não-conformidade em relação às cláusulas restritivas. Os pagamentos dos juros e amortização do principal de empréstimo mantido com o JBIC são mantidos em conta garantida (Vide Nota 5).

14 Obrigações contratuais e contingências

14.1 Obrigações contratuais

(a) A Companhia é suprida de energia elétrica pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE (empresa pública do setor de energia), através de contrato de fornecimento de longo prazo até dezembro de 2024. A Companhia, seguindo o cronograma contratual desembolsou em junho de 2007 a última parcela da antecipação do valor de R\$ 1.200.000 a título de pré-pagamento, com período final de amortização em dezembro de 2024. A movimentação do mencionado adiantamento encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	2009	2008
Adiantamento (pré-pagamento)	1.200.000	1.200.000
Baixas	(247.257)	(183.741)
	<u>952.743</u>	<u>1.016.259</u>

Este adiantamento não está sujeito ao efeito do ajuste a valor presente, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste à valor presente.

(b) A Companhia está compromissada contratualmente a adquirir aproximadamente 4.595 mil toneladas métricas de alumina da ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (Companhia do grupo controlador), com o preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (London Metal Exchange - LME). Baseado no preço de US\$ 297.29 (R\$ 517.64) por tonelada métrica em 31 de dezembro de 2009, esse compromisso monta a R\$ 2.379.000 conforme demonstrado a seguir:

Ano	2009
2010	408.000
2011	408.000
2012	408.000
2013	408.000
2014	408.000
2015 até 2016	339.000
	<u>2.379.000</u>

14.2 Passivos contingentes

(a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2009	2008	2009	2008
Contingências tributárias	18.950	17.825	1.917	1.855
Contingências trabalhistas e previdenciárias	5.940	4.405	180	240
Reclamações cíveis				556
Contingências ambientais			15.072	15.623
	<u>24.890</u>	<u>22.230</u>	<u>17.169</u>	<u>18.274</u>

(b) A movimentação da provisão no exercício de 2009 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2008	18.274
Adições	115
Baixas	(669)
Atualizações monetárias	(551)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>17.169</u>

(c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à inclusão nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das variações cambiais decorrentes de reduções de passivos contratados em moeda estrangeira. Em termos de jurisprudência, observa-se que a primeira discussão já encontra diversas decisões a favor dos contribuintes no Supremo Tribunal Federal (STF), enquanto [...]
- Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados referentes a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos.
- Passivos ambientais - a Companhia tem um passivo ambiental gerado na manutenção das cubas eletrolíticas. Este resíduo é denominado de RGC (Revestimento Gasto de Cubas). A composição básica é material carbonáceo, oriundo dos blocos catódicos e pasta de socagem e material refratário proveniente dos tijolos e concretos. Estes materiais estão impregnados com flúor, sódio e íons cianeto.

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2009	2008
Tributárias	22.632	18.393
Cíveis	1.468	34.452
Trabalhistas	6.070	4.738
	<u>30.170</u>	<u>57.583</u>

15 Patrimônio líquido

(a) Capital

O capital social subscrito e integralizado é composto por 1.128.909.900 ações ordinárias. Sendo 575.744.049 de Classe "A" e 553.165.851 de Classe "B", com valor nominal de R\$ 1.00 por ação. As ações não são conversíveis entre si. As ações ordinárias Classe "A" sempre serão possuídas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras. As ações ordinárias "A" e "B" terão idênticos direitos e obrigações em relação à sociedade. A Companhia possui capital estrangeiro representado por ações ordinárias Classe "B" registrado no Banco Central do Brasil no montante de US\$ 229,745 mil e ¥ 6,394,733 mil.

(b) Reservas de capital

A reserva de capital é constituída pela reserva especial da Lei nº 8.200/91 - artigo 2º, que é realizada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados.

(c) Reserva de reavaliação

A realização dessa reserva é efetuada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados.

(d) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(e) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 9 (d), reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(f) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Constituída de acordo com o estabelecido nos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007). Essa reserva é constituída quando a Companhia tem dividendo obrigatório a distribuir mas não possui condições financeiras para o pagamento. A constituição da reserva foi aprovada em 27 de outubro de 2009 pelo Conselho de Administração, que proporá a Assembleia Geral e Ordinária.

(g) Ajustes de avaliação patrimonial

A conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial na Companhia contempla os ganhos e as perdas, líquidos dos efeitos tributários, não realizados decorrentes de instrumentos financeiros derivados de proteção de fluxos de caixa. Esses valores serão transferidos para o resultado do exercício quando de sua realização. (Vide Nota 16.1)

(h) Destinação do resultado do exercício

A administração propôs aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações e no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2009:

Origens

Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009	153.385
(-) Reserva legal 5% (lucro líquido do exercício)	(7.669)
(-) Reserva Incentivos fiscais	(103.495)
(+) Reserva Reavaliação/especial (realização)	<u>10.019</u>

Total das origens

52.240

Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	153.385	164.103
Constituição de reservas		
Legal	(7.669)	(8.205)
Absorção de prejuízos acumulados		(133.785)
Incentivos fiscais	(103.495)	(9.002)
Reavaliação/especial (realização)	<u>10.019</u>	<u>9.749</u>
	<u>52.240</u>	<u>22.860</u>
Base de cálculo dos dividendos		
Dividendos propostos		11.430
Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído	26.120	
Reserva de lucros para expansão/investimentos	<u>26.120</u>	<u>11.430</u>
	<u>52.240</u>	<u>22.860</u>
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício